

Carolina de Paula
João Feres Júnior
(Organizadores)

**ELEIÇÕES 2018 E A CRISE DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Appris
editora

estados brasileiros atravessam, como a crise fiscal crescente em diversas unidades, ou o fracasso das políticas de segurança pública, como no Rio de Janeiro? Eis uma questão em aberto.

E o que esperar das Assembleias Legislativas e dos governos estaduais nos próximos anos? O que poderão fazer num cenário de crise fiscal, como o atual? De que forma legislativos e executivos trabalharão? Em conflito? Cooperando? Cooptados? Teremos mudança em nosso “pacto federativo”? Teremos outras “intervenções” federais? A provocação está lançada. Que venha a campanha eleitoral.

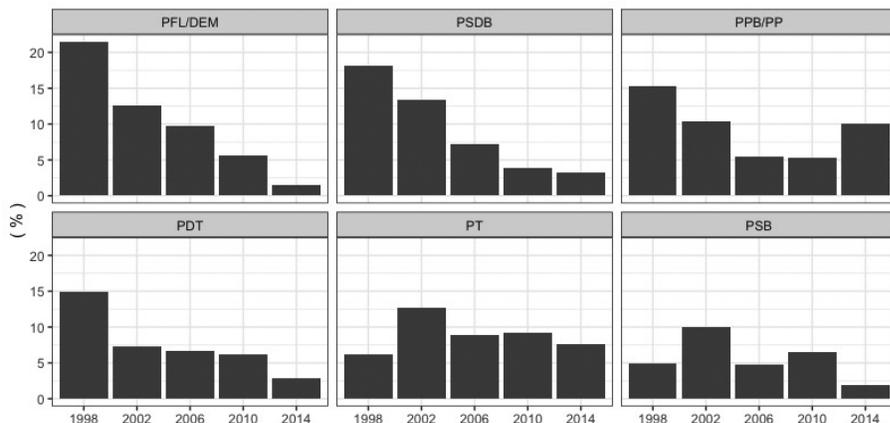
1.8 OS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS NO ESTADO DO RIO¹¹

Argelina Figueiredo

Natalia Maciel Block

O número de partidos que, entre 1998 e 2014, apresentaram candidatos a uma vaga na bancada fluminense da Câmara dos Deputados sempre foi relativamente estável. Variou entre 19 e 21 até 2010 e passou a 23 em 2014. A redistribuição de votos entre os partidos ao longo do tempo, porém, foi significativa. Em 1998, seis partidos – o então PFL (agora DEM), o PSDB, o PPB (hoje PP), o PDT, o PT e o PSB – concentravam 80,9% dos votos válidos. Em 2014, os candidatos desses mesmos partidos receberam apenas 27,2% dos votos no estado. O Gráfico 14 mostra a evolução da votação de cada um desses partidos nas últimas eleições.

¹¹ O Iesp nas Eleições publicou, em 2018, análises sobre as Eleições Legislativas em uma parceria com o *Nexo Jornal*, tendo sido este texto publicado no dia 13/09. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2018/Os-partidos-nas-eleicoes-proporcionais-no-estado-do-rio>>. Acesso em: 13 de julho de 2019.



Fonte: TSE. Elaboração DOXA

Gráfico 14 – Percentual de votos dos seis maiores partidos para a Câmara dos Deputados, 1998-2014

Fonte: TSE.

Observamos uma queda progressiva da votação de PFL/DEM, PSDB e PDT. O PPB/PP apresentou a mesma tendência de queda, porém em 2014 mostrou recuperação, retornando aos níveis de votação de 2002. O PSB teve variação em sua votação, com crescimento em 2002 e 2010 e redução em 2006 e 2014. Por fim, o PT teve votação estável ao longo das eleições, tendo importante crescimento em 2002, mas mantendo-se no mesmo patamar nas três últimas eleições. Ao mesmo tempo em que a votação agregada dos maiores partidos reduziu, o PMDB (hoje MDB), sétimo partido mais votado em 1998, apresentou crescimento importante. Com apenas 4,6% dos votos em 1998, a sigla quase dobrou sua votação em cada uma das duas eleições seguintes, apresentando ligeira queda em 2010 e 2014.

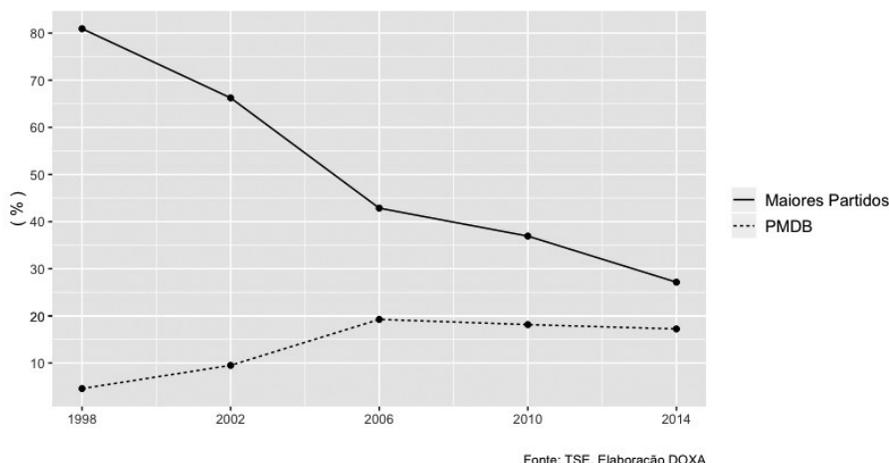


Gráfico 15 – Comparação entre os votos agregados dos seis maiores partidos e o PMDB para a Câmara dos Deputados, 1998-2014

Fonte: TSE.

Como podemos explicar essas mudanças? Aspectos do cenário político local devem ser levados em consideração. O PDT, por exemplo, perdeu seu protagonismo na política fluminense e carioca ao longo desse período. Nas décadas de 1980 e 1990, o estado foi governado pelos pedetistas Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994) e Nilo Batista (entre 1994 e 1995, após renúncia de Brizola). O partido também esteve na prefeitura da capital com Marcelo Alencar (1989-1993). Anthony Garotinho foi eleito governador pelo PDT em 1998, mas logo depois migrou para o PSB. A partir daí, a influência do brizolismo diminuiu no governo do estado, refletindo-se na votação dos candidatos do PDT à Câmara.

A mudança de partido de Garotinho para o PSB, por sua vez, influenciou na votação da eleição legislativa de 2002, quando a legenda dobrou seu percentual de votos. Na eleição seguinte, o partido retornou ao patamar de 1998 – que se manteve até 2010, mas apresentou queda drástica em 2014. Novamente, o desempenho eleitoral do PSB refletiu uma mudança de partido do governador, que migrou para o PR e se candidatou a deputado federal em 2010. Nesse ano, o PR saltou de apenas 3% dos votos obtidos em 2006 para 16%. Garotinho obteve então cerca de 700 mil votos.

A queda da votação do PSDB também pode ser atribuída à ausência do partido em cargos executivos. A legenda governou o estado com Marcelo Alencar (1995-1999), mas não retornou ao governo nem conquistou a prefeitura da capital nos últimos 20 anos. A queda na sua votação coincidiu também com a saída de Fernando Henrique Cardoso da Presidência da República, o que se refletiu no desempenho do partido no estado.

O PFL/DEM, parceiro preferencial do PSDB no governo federal de 1994 a 1998, pode também ter sofrido as consequências da saída de FHC da Presidência. A queda de sua votação é concomitante à do PSDB. Porém, a diminuição de seus votos foi menor do que a do PSDB nos anos de 2006 e 2010. O fato de o partido ter ocupado a prefeitura da capital entre os anos de 1993 e 2008, com Cesar Maia e Luís Paulo Conde, parece lhe ter garantido um patamar razoável de votação até 2006.

O PPB/PP se distingue dos demais. Não ocupou cargos executivos, seja no governo estadual ou federal, e, apesar da queda em 2002, manteve-se em um patamar alto de votação, 10%. Nos anos seguintes, alcançou 5% dos votos e, em 2014, voltou ao percentual obtido em 2002. Em 2014, sua votação só foi superada pela do PR.

O enfraquecimento das seis maiores siglas foi mais acentuado em 2006, momento em que o PMDB praticamente dobrou sua votação. É o início da era pemedebista no estado do Rio de Janeiro, quando o partido governa o estado, com Sérgio Cabral (2007-2014) e Luís Fernando Pezão (2011-2018), e a capital, com Eduardo Paes (2009-2017).

A partir de 2006, o PMDB concentrou cerca de 20% dos votos por três eleições seguidas, um feito até então inédito. O PR foi o único partido a alcançar 15% dos votos nesse período. Na eleição de 2014, primeira disputada depois da criação do PSD, o partido se destacou pelo bom desempenho, com 8% dos votos. A votação para deputado federal se fragmentou, com poucos partidos chegando a 5% em algumas eleições, sem sedimentar uma posição na preferência do eleitorado.

Os dados mostram que a votação para a Câmara dos Deputados no período de 1998 a 2014 apresentou significativa fragmentação dos partidos e volatilidade do eleitorado. Isso porque, em grande parte, o quadro partidário estava pouco estruturado. O desempenho dos partidos pareceu depender mais da sua relação com os governos do que de um vínculo mais estável com o eleitor.